

O HOMEM PARENTÉTICO – O AUTOR PARA ALÉM DO SEU CONCEITO

CLAUDIO GURGEL

(UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF)

AGATHA JUSTEN

(UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF)

O homem parentético é uma categoria criada pelo sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, cuja importância nos estudos organizacionais se tornou reconhecida, na medida em que o sofrimento do trabalhador, manual ou intelectual, tem ocupado o debate no âmbito da administração e da sociologia do trabalho. O artigo em tela discute esse conceito a partir das obras do próprio Guerreiro Ramos, inclusive de textos menos conhecidos, e daqueles outros autores que lhe servem de referência. Malgrado nossa admiração por Ramos, esse itinerário que fizemos revela que a proposta do pensador brasileiro – um posicionamento “entre parêntesis” para se proteger e resistir à alienação que o mundo empresarial impõe – pode se constituir em outra forma de alienação.

Guerreiro Ramos é autor do campo da administração e da sociologia que ocupa um patamar elevado na teoria crítica, tendo por isto mesmo encontrado muita simpatia entre aqueles que pensam esses campos de estudo de um modo diferenciado do *mainstream*. Sua vida e sua produção acadêmica são exemplos do inconformismo no plano político e no plano das ideias. Não raramente, como era um intelectual de tempo integral, essas duas dimensões, política e ideias, se encontravam e geravam produções de grande impacto. Em um desses momentos, Ramos, no ano que ante-

cede imediatamente o golpe civil-militar de 1964, lançou um livro, *Mito e verdade da revolução brasileira*, que foi leitura da juventude rebelde, naqueles difíceis tempos. Após o golpe, realizou-se intenso debate sobre a revolução, onde o livro de Ramos estava presente, compartilhando o espaço das discussões com outros textos, dentre eles, com muito destaque, a obra de Caio Prado Jr., *A revolução brasileira* (1966).

Caio Prado daria a público um debate discreto, na verdade clandestino, que ocorria no interior do Partido Comunista Brasileiro (PCB), posto na ilegalidade, mas vivendo e atuando, como diziam as pichações que apareciam nos muros livres das principais cidades do Brasil. Esse debate ocorria na publicação *A Tribuna de Debates*, anexo do jornal *A voz operária*, jornal do PCB, colocado na ilegalidade desde 1947 – apesar de naquela data estar em vigor a Constituição democrática de 1945. Nesse acalorado ambiente, o texto de Guerreiro Ramos, por não ser o autor do PCB, constituía uma voz que além de distinta, acrescentava a riqueza de ideias e de referências que possuía, servindo aos debatedores como um olhar diverso e heterodoxo.

Mito e verdade da revolução brasileira (1963) foi imediatamente para o *index* dos militares, tal qual o seu autor, que também estaria na primeira lista de parlamentares cassados em 1964. Curiosamente, fruto de sua inabalável ousadia teórica, foi em *Mito e Verdade...* que Guerreiro lançou o conceito de *homem parentético*.¹

Referenciado nos textos mais conhecidos do autor baiano, mas também em outras produções do pensador, esse artigo aprecia aspectos do conceito de *homem parentético* e ideias conexas.

Nessa apreciação, leva-se em conta o sentido crítico da sociologia de Guerreiro Ramos e seu engajamento no projeto humanista que o pensador brasileiro nunca abandonou e que lhe valeu a cassação de direitos políticos no Brasil e um longo exílio nos Estados Unidos. Sua condenação da empresa capitalista como hostil à “pessoa humana”, expressão cultivada pelo autor de *A Nova Ciência das Organizações* (1989 [1981]), dialoga com as críticas históricas dos pensadores que nos séculos passados e no presente

1 O livro *Mito e verdade...* tornou-se tão esquecido que mesmo os mais dedicados estudiosos de Guerreiro Ramos não o conhecem. Nas recentes homenagens feitas ao pensador, o livro ganhou nova edição, pela Editora Insular, e uma boa resenha de Ricardo Shiota (2020). Cabe observar que, no livro, Guerreiro Ramos é fiel a sua tese *da redução sociológica*, reclamando um caminho brasileiro para a revolução.

acusam o modo de produção capitalista e o mercado de desumanização e reificação (Marx, 2011; Simmel, 2015; Lukacs, 2012; Horkheimer, 2000). É esse referencial histórico – da história crítica do modo de produção e do próprio Guerreiro Ramos – que é confrontado com o conceito de *homem parentético*, neste artigo.

O homem parentético

A presente publicação pela Revista Brasileira de Administração Política (REBAP) dos textos de Guerreiro Ramos tem o condão de colocar em evidência máxima o seu conceito de *homem parentético*, cuja referência óbvia e declarada se encontra em Edmund Husserl e na fenomenologia. Aqui estão os textos “Esboço do Livro *O Homem Parentético (II)*” (Ramos, 2020e [1973]), que daria lugar ao livro *A nova ciência das organizações*, “O Diagrama Parentético” (Ramos, 2020d [1972]), “Viagem Parentética I - Fenomenologia e Ciência Social” (Ramos, 2020a [1969]), “Viagem Parentética II - O homem inventa a si próprio ou Rumo a uma Teoria do Encontro Parentético” (Ramos, 2020b [1969/1970]), “Viagem Parentética III - A perda da inocência ou Por uma Ciência Social Pós-Fenomenológica” (Ramos, 2020c [1970]). Além dos textos citados, temos uma carta de Guerreiro Ramos a Eric Voegelin, um dos inspiradores do conceito. O *homem parentético*, portanto, é o sujeito desse lançamento editorial histórico.

Trata-se de um conceito frequentemente presente nos bons cursos de administração, quando e principalmente os mestres inspirados no autor de *A nova ciência das organizações* despertam nos jovens a admiração por esse brasileiro singular. O *homem parentético* é uma evidente reação contra o chamado *homem organizacional*, figura difundida pelo texto de Prestes Motta sobre o estruturalismo organizacional. O *homem organizacional* foi concebido pelo autor estadunidense William Whyte (1956) como alguém que é moldado por uma nova ética, a qual gradualmente substitui a ética protestante (Weber, 2004) em declínio no capitalismo. Essa nova ética, segundo Whyte, é dominada pelo *business* e pelo “*society as hero*”, quando o homem se molda às determinações da sociedade moderna de mercado, ao estilo Durkheim, mas a uma sociedade sob determinações dos negócios e seus aparelhos, as organizações empresariais. Há outra nuance nesse homem: ele dialoga com a “classe ociosa” que Veblen (1974) descre-

ve em sua obra mais conhecida, com o apreço pela demonstração e o luxo. Um misto do *homem honorável*, por seu consumo conspícuo, e o *homem médio* de Sinclair Lewis (1980) – *Babbitt* e seus amigos – isto é, heróis patéticos daquele momento extraordinário da literatura de língua inglesa. Ramos apreende essa nova transformação, apontada por Whyte, especialmente nos Estados Unidos da América (EUA), discorrendo (subcapítulo 5.3, de *A nova ciência das organizações*) sobre o processo de dominação crescente do que chama de “sociedade organizacional”, quando, nas palavras do pensador brasileiro, “a ênfase da economia americana de hoje já não se faz sobre *poupar*, mas sobre *gastar*” (Ramos, 1989, p. 95). Depois de uma nota em que recorre a Whyte para reforçar sua crítica ao hedonismo da vida “americana”, Ramos acrescenta: “a nação transformou-se numa sociedade organizacional e a pessoa humana no homem organizacional” (Ramos, 1989, p. 96). Esse *homem organizacional* é o objetivo de superação do *homem parentético*. É a ele que Guerreiro Ramos opõe seu modelo de homem, aquele que consegue se colocar entre parêntesis, de modo husserliano, para resistir às investidas que o despersonalizam e se recolocar na perspectiva da liberdade.

Essa oposição à ética das organizações é explícita e repetitiva em Ramos. Em uma de suas primeiras obras, ele diria que “há razão e razão. Uma que é a própria inteligência e cujo objeto é o ser [...] outra que é uma degradação desta pela qual o homem procura sempre obter um lucro” (RAMOS, 1939, p. 64). Segundo ele, é essa razão do lucro “que organiza a cotidianidade social, o Estado, a lei, a norma, a polícia” (Ramos, 1939, p. 64). Nesses exemplos, poderia ter se referido mais diretamente às empresas, a que o lucro, no sentido preciso, está associado. Não o fez. Porque sua expressão literal “obter um lucro” diz de uma palavra polissêmica. O lucro, nessa acepção, seria uma vantagem qualquer. Mas isso não exclui as empresas, associações humanas com um fim deliberado: o lucro, a vantagem econômico-financeira, aquela que leva à acumulação, princípio e fim do modo de produção capitalista. Seu comentário, na mesma obra citada, de que a “vitória do indivíduo sobre a pessoa é resultante do trabalho da razão utilitária” (RAMOS, 1939, p. 64), não deixa dúvida de que ele não excluía as empresas dessa razão “degradada”. A associação weberiana da razão funcional com o utilitarismo do modo de produção capitalista era sua conhecida. Mesmo considerando que “Karl Mannheim pôde qualificar ainda mais o conceito”, opinião que ele abandonaria mais tarde, ambos,

Weber e Mannheim, sem dúvida também Voegelin, estão nos fundamentos para o uso que fazia Guerreiro Ramos das noções de racionalidade funcional e substancial (Ramos, 1983, p. 37).

Ele levaria sua restrição às organizações por toda a vida. Em sua última obra não revelou qualquer moralismo inibidor do vigor de sua crítica à dominação conformista das organizações. Em *A nova ciência das organizações*, sua última grande obra, ele escreveu

Se uma pessoa permite que a organização se torne a referência primordial de sua existência, perde o contato com sua verdadeira individualidade e, em vez disso, adapta-se a uma realidade fabricada. Os sistemas planejados, como as organizações formais, têm metas que, só acidental e secundariamente, consideram a atualização pessoal. [...] Há, portanto, uma tensão contínua [...] e afirmar que o indivíduo deve se esforçar para eliminar essa tensão, chegando assim a uma condição de equilíbrio orgânico com a empresa (exemplo de política cognitiva que uma psicologia motivacional defende, em bases supostamente científicas) corresponde a recomendar a deformação da pessoa humana. Somente um ser deformado pode encontrar em sistemas planejados o meio adequado à própria atualização (Ramos, 1989, p. 99).

Em outras sucessivas passagens dessa obra, o autor não só reiterou sua identificação das organizações como a fonte da conformação, como fez um recorte muito especial, declaradamente inspirado em Polanyi (2000) sobre o mercado e sua centralidade.

Desde o primeiro Prefácio dessa obra de absoluta maturidade – aliás, substituta e mais perspectivista que seu projeto literário de *O homem parentético* –, Guerreiro Ramos apontou para o mercado como uma referência negativa. “Meu objetivo é contrapor um modelo de análise de sistemas sociais e de delineamento organizacional de múltiplos centros ao modelo atual centralizado no mercado” (Ramos, 1989, p. XI).

Para ele, “as atuais organizações típicas da sociedade de mercado são, necessariamente falsas e mentirosas. Estão fadadas a enganar ao mesmo tempo seus membros e seus clientes” (Ramos, 1989, p. 92). Seu subtítulo “5.4. O alegre detentor de emprego, vítima patológica da sociedade centrada no mercado” (Ramos, 1989, p. 98) é outra ocasião em que o mercado

aparece como o dado original doentio, portador dessa razão reducionista da condição humana. Mais: “Numa sociedade de mercado, o empregado eficiente é um ator despersonalizado (Ramos, 1989, p. 98). Portanto, cabe seguramente dizer que Guerreiro Ramos não omitia sua identificação do mercado como um espaço determinante da degradação da *pessoa humana*, expressão que ele continuará usando até seu último escrito. Mas não deve passar despercebido a quem o lê, com o espírito crítico pelo qual ele tanto lutou, sua ressalva, igualmente presente nas primeiras palavras do *A nova ciência das organizações*: “uma teoria da organização centralizada no mercado não é aplicável a todas, mas apenas a um tipo especial de atividade” (Ramos, 1989, p. 98). Veremos como isso impacta no *homem parentético*.

Organizações ou mercado

Na construção do *homem parentético* e da *paraeconomia*, a proposta de novo paradigma multidimensional de *A nova ciência das organizações*, salta diante de nós o dilema que parece ter acompanhado por toda a vida esse grande pensador brasileiro: é a organização ou o mercado que submete os homens e os torna conformados, sem liberdade e longe da emancipação?

Algumas vezes vemos as organizações, assim no plural, serem identificadas como os agentes desse processo observado do indivíduo derrotando a pessoa. Em outras passagens, essa razão degradada tem por fonte o mercado e sua lógica do lucro – não de “um lucro”.

As organizações são evidentemente restritivas, porque elas têm como princípio a coesão, o que lhes empresta a força que revelaram desde o primórdio da sociedade. Os homens atomizados certamente não sobreviveriam às inúmeras ameaças que lhes exigiram ação coletiva e solidária. Nesse exato momento, em meio a uma pandemia, talvez mais virulenta que todas as que a antecederam, é a ação coletiva dos cientistas e das lideranças, instalados em organizações públicas e privadas, que tenta dar respostas a essa ameaça letal à humanidade.

Mas também sabemos que as organizações, para obter coesão e ter direção, precisam de disciplina e acordos conformadores. As organizações democráticas não dispensam, antes o contrário, a acolhida da decisão da maioria, a que as minorias devem seguir. Nesse sentido, sobressai a fórmula

dialética de Rousseau (1996) de que a liberdade consistirá em construir, pela adesão, a *vontade geral*.

Guerreiro vê nessa, digamos, imposição – “a lei, a norma” –, a determinante das condições conformadas da humanidade, da perda da pessoa (humana). São muitas passagens que se pode trazer para reforçar essa impressão. Mas nos parece definitiva a tirada em que o pensador brasileiro categoricamente afirma que “toda socialização é alienação” (RAMOS, 1989, p. 112). Essa fortíssima afirmação é precedida do comentário de que “o desenvolvimento pessoal se desdobra vindo da psique individual e, com toda a probabilidade, é dificultado por processos sociais ou de realimentação grupal” (Ramos, 1989, p. 112).

Ele reafirma, páginas adiante, seu desconforto com a organização, no sentido funcional do termo: “é obvio que a superorganização aumenta a despersonalização do indivíduo” (Ramos, 1989, p. 145).

Uma nota interessante, relacionada a esse aspecto especial de que estamos tratando, encontra-se no trabalho “A “antropologia” do Guerreiro: a história do conceito de *homem parentético*” (Azevedo; Albernaz, 2006). Diz a nota 8:

Aqui, o termo organização ainda não tem o sentido ampliado que Guerreiro fornece em *A nova ciência das organizações*, podendo ser entendida no sentido que o estamos apresentando, que é o de organização formal, burocrática em *stricto sensu*. Ademais, vale lembrar que essa discussão do autor tem como pano de fundo as questões ideológico-partidárias, a dominação dos partidos sobre os seus membros e suas desavenças pessoais com alguns políticos e intelectuais. Este talvez seja um dos motivos que o tenha motivado a elaborar a categoria *homem parentético*. Contudo, convém acrescentar que a preocupação do autor com o domínio político dos partidos sobre os indivíduos já se fazia notar desde 1946, quando realizou seus estudos sobre a sociologia do conhecimento, publicando uma série de trabalhos sobre o tema, especialmente sobre a sociologia de Mannheim e Weber, em jornais e na Revista do Serviço Público, editada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) (Guerreiro Ramos, 1946a; 1946b; 1946c; 1946e; 1946f; 1946g) (Azevedo; Albernaz, 2006, p. 5)

Ainda que se possa dizer que esse nível de motivação tenha sido superado em favor de interesses universais – a grandeza do homem provou-se maior que a do “antropólogo” –, as generalizações sobre as organizações expõem a subjacente dúvida sobre se a insurgência ocorre contra o mercado e sua centralidade, como em muitos momentos parece, ou se estende-se a toda forma de organização, inclusive aquelas que se formam para a transformação. Se “toda socialização é alienação”, restará ao homem se colocar entre parêntesis, em busca da solidão, porque “o desenvolvimento pessoal e a solidão pessoal são inseparáveis” (Ramos, 1989, p. 112)?

Cabe ainda considerar que Guerreiro Ramos estaria tratando de organizações, todas, mas sempre tendo em conta que elas seriam restritivas enquanto mantida sua subordinação à lógica das empresas, de que o *homem parentético* escaparia. É um segundo aspecto do conceito a que somos remetidos.

A empresa sem parêntesis

O então referido prefácio de *A nova ciência das organizações* é usado, como de hábito, para o autor dizer o que pretende com sua obra. Guerreiro Ramos fez isto com grande objetividade, situando o leitor não apenas quanto aos fins que pretendia alcançar, mas também explicitando com muita clareza o que significa cada objetivo apresentado. Torna-se, portanto, uma fonte muito importante.

Como transcrito em página passada, seu primeiro objetivo “é contrapor um modelo [...] ao modelo atual centralizado no mercado” (Ramos, 1989, p. XI). Esse novo modelo, parentético quanto ao homem, quanto aos objetos e aos fenômenos, bem como quanto ao encontro e às viagens intelectuais, pretende ser um meio de construir outras análises e outros “delineamentos organizacionais de múltiplos centros” (Ramos, 1989, p. XI), como diz – livres da centralidade do mercado.

Mas Guerreiro Ramos não está rejeitando de modo completo a organização de mercado. Sua rejeição é relativa. Ele a reconhece como válida para o mercado. São suas palavras, que vale a pena citar mais uma vez: “sustento, em termos gerais, que uma teoria da organização centralizada no mercado não é aplicável a todos, mas apenas a um tipo especial de atividade” (Ramos, 1989, p. XI). Apesar de no mesmo prefácio e em outras passagens da obra se revelar a potência da crítica, a restrição é parcial.

Inclusive no plano epistemológico, quando diz que “a maneira pela qual é ensinado o modelo dominante é ilusória e desastrosa, porque não admite explicitamente sua limitada utilidade funcional” (Ramos, 1989, p. XI). A admissão dos limites da razão funcional do modelo de mercado e sua delimitação a essa esfera da vida social é a reivindicação essencial de Ramos à razão das organizações do mercado, as empresas.

Nas palavras finais de seu livro, ele reitera o entendimento de que o mercado deve ser preservado como um espaço da atividade de produção, com suas determinações conhecidas. Diz o autor:

Minha crítica da sociedade contemporânea centrada no mercado não deve ser interpretada como uma defesa da eliminação do mercado como sistema social funcional. [...] Finalmente, em relação ao sistema de mercado, minha análise chega a ter uma tintura conservadora, pois sugere que, expurgada de suas injustificadas inclinações expansionistas, e de seus exageros políticos e sociais, o mercado moderno pode muito bem constituir a mais viável e eficiente das formas até aqui planejadas para a consecução da produção em massa, para a distribuição de bens e serviços e para a organização de determinados tipos de sistemas sociais de natureza econômica” (Ramos, 1989, pp.195-196).

Ele havia dito anteriormente que:

... uma arte multidimensional de desenho de sistemas sociais não pode desprezar os efeitos psicológicos das prescrições operacionais. Não procura eliminar essas prescrições do mundo social, porque as mesmas são indispensáveis à manutenção e ao desenvolvimento do sistema de apoio de qualquer coletividade (Ramos, 1989, p. 145).

E reafirmado:

Uma vez que no presente estágio histórico é inconcebível que qualquer sociedade venha jamais a ser capaz de descartar completamente as atividades de natureza econômica, certo grau de hierarquia e coerção será sempre necessário para a ordenação dos negócios huma-

nos, como um todo. No âmbito dos seus respectivos enclaves, as economias burocratizadas podem-se tornar mais produtivas para seus membros e cidadãos em geral (Ramos, 1989, p. 150).

Entretanto, nesse entendimento de uma referência diferente e oposta, nota-se que outras dimensões da vida podem ser desenvolvidas à revelia do mercado, ainda que a atividade do mercado ocupe amplos espaços e tempo da vida social. Não é um entendimento que se compraz com a visão do pensador exposta em outras páginas. Segundo ele, na relação da empresa com o empregado, “vítima patológica da sociedade centrada no mercado”, a

organização, em sua qualidade de detentor de emprego tem um profundo efeito sobre sua personalidade, efeito que não desaparece em seu espaço vital particular. Se, como sustenta Simon, se espera do empregado que ‘deixe em repouso suas faculdades críticas’, a fim de ‘permitir que as decisões que lhe forem transmitidas’ possam ‘guiar sua própria opção’ (Simon, 1966, p. 151, essa disposição pode condená-lo a fazer de sua *psicose ocupacional* uma segunda natureza (Ramos, 1989, p. 110).

Na mesma direção ele acrescentou que

em outras palavras, estará ele enfraquecendo sua capacidade de fazer, fora da organização, julgamentos éticos e críticos de natureza pessoal. A injustificada legitimação dessa pressão, exercida sobre o indivíduo pela organização, deve ser reconhecida como exemplo de política cognitiva (Ramos, 1989, p. 110).

Pouco adiante, vai comentar que “é duvidoso, na verdade, que em seu tempo fora do trabalho possa o indivíduo dispor de áreas suficientes, livres da penetração de pressões organizadas” (Ramos, 1989, p. 110).

Em rigor, significa dizer que não há como colocar o mercado e suas organizações entre parêntesis. Elas têm a propriedade de alcançar os homens “em seu tempo fora do trabalho”, “fora da organização”, “em seu

espaço vital particular” – localizações que Guerreiro esperava ver livre “dessa pressão, exercida sobre o indivíduo, pela organização”.

Guerreiro constrói seu *paradigma paraeconômico* em que os espaços são criados para outras dimensões da vida. É o espaço multidimensional, que põe fim ao espaço unidimensional da sociedade de mercado. São enclaves – dentre eles o próprio mercado. Nas suas palavras: “primeiro e acima de tudo, o padrão paraeconômico parte do pressuposto de que o mercado constitui um enclave, dentro de uma realidade social multicêntrica” (Ramos, 1989, p. 141).

Em muitas passagens sobre o *paradigma paraeconômico* (Ramos, 1989, pp. 140, 142, 145-146) ele usa a palavra *enclave* para tratar de espaços de atividades variadas, incluindo o próprio mercado. Mas tanto o pensador, como nós leitores, sabemos o que significa um enclave. Filósofo moderno, inconformado, ele pensava a filosofia não apenas como interpretação do mundo, mas como instrumento de sua transformação. Guerreiro quer outro mundo, outra sociedade. Ele constrói sua utopia. Mas, tal como seus antecessores, ele quer que cessem os efeitos sem cessar a causa.

Seu modelo de homem se fecha no recinto dos parêntesis, inviolável, impermeável ao que acontece no exterior, de modo que, através de um exercício de autorreconhecimento, crítico, “*se abisme em si*”, “lançando-se às profundezas”, para usar as imagens de Kierkegaard (2010) – aliás um pensador que não falta na formulação de Ramos (Ramos, 1989, p. 170). Esse homem construiria seus espaços de liberdade e atualização na contramão do mercado – mas o preservando. É inevitável indagar sobre a viabilidade desse projeto.

Conclusão ou O homem parentético é possível?

O *homem parentético*, conforme suficientemente explicado, é aquele que consegue se colocar em solidão, centrando-se em si mesmo, para em mergulho ou salto (Bergson), ou ainda “lançando-se às profundezas”, libertar-se das prescrições do mercado – de onde chega todos os dias, retornando da luta pela sobrevivência.

Trata-se de um momento de exercício psicológico, uma espécie de ato de contrição, que cria as bases para a fruição das outras dimensões da vida, na *paraeconomia*.

A *paraeconomia*, uma sociedade pluridimensional, tem espaços, enclaves, que tal como se define enclave situam-se *enclavados*... onde? Na sociedade organizacional, de mercado? Não, porque o próprio mercado é um enclave, no entender de Guerreiro Ramos. As outras dimensões e o mercado estão *enclavados* em um espaço abstrato, não identificado.

A palavra enclave surpreende. Ela aparece no texto de Ramos de modo repetitivo a partir da sua apresentação do *paradigma paraeconômico*. Parece um deslize revelador da contradição existente entre a redução do mercado a um espaço parcial, enclave, no modo de produção capitalista, e sua reconhecida (pelo próprio autor) capacidade de exercer pressão sobre o indivíduo “fora da organização”.

Essa situação só pode ser resolvida com a admissão de que o mercado não é um enclave, mas um universo em que os enclaves são as dimensões, outras dimensões, a que se pretende garantir a mesma relevância por decisão político-ideológica – não objetiva. Trata-se de um posicionamento tomado e que exige um ato ideológico e psicológico que promove a limpeza da alma de tal modo que seja possível usufruir das demais dimensões dessa nova sociedade pluridimensional de modo pleno.

A ideia do *homem parentético* é, portanto, sustentada pela possibilidade de o homem se posicionar de forma reativa à dominação despersonalizante do mercado. Há, portanto, um pressuposto de que esse homem rejeitaria os valores centrados no lucro e na razão degradada, de fundo instrumental, mas, tal como Guerreiro Ramos, os admitiria para a atividade econômica.

Por que essa rejeição esbarraria no limite da aceitação do mercado? Não seria esse homem mais humano e mais atualizado, no sentido que Ramos dá a essa palavra, menos conformado, mais coerente e mais consequente, se também rejeitasse o mercado e se colocasse no mundo para reconstruí-lo, ao mundo, em outros termos?

É impossível não questionar o caráter desse hipotético *homem parentético*. Como ele se aceitaria, consciente que é, gozando das dimensões humanizadas dos enclaves da *paraeconomia* e harmonizado com as prescrições do mercado; essas “organizações típicas da sociedade de mercado [que] são, necessariamente falsas e mentirosas” (Ramos, 1989, p. 92)?

Os parêntesis desse homem não seriam couraças, para usar a expressão de Reich (2001), com todo o significado doentio que tem essa expressão? Como ele conviveria com um mundo de mentiras, degradação,

destruição da *pessoa humana*, a que além disso se pode atribuir tanto sofrimento, pobreza e desumanização?

Mais do que impossível, o *homem parentético*, conformado com o desenvolvimento do mercado, fruindo seus enclaves, oásis, enquanto a ordem falsa e mentirosa se desenvolve, não seria desejável como modelo de homem.

Provavelmente não o desejaria principalmente o próprio pensador, cuja vida foi dedicada a construir outras referências que não o mercado e cujo título de sua obra de despedida, *A nova ciência das organizações*, traz uma promessa de transformação.

Nesse momento em que se recuperam os debates sobre Guerreiro Ramos e seus conceitos de *homem parentético* e *paraeconomia*, fica, para nós, a sensação de que o criador sobreviveu acima de suas criaturas.

Referências

- AZEVEDO, Ariston; ALBERNAZ, Renata O. A “antropologia” do Guerreiro: a história do conceito de homem parentético. *Cadernos EBAP.BR*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 1-19, 2006.
- HORKHEIMER, Max. *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*. Barcelona: Paidós Ibérica Ediciones, 2000.
- KIERKEGAARD, Soren. *The Present Age: On the Death of Rebellion*. New York, Harper Perennial Modern Thought, 2010.
- LEWIS, Sinclair. *Babbitt*. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1980.
- LUKACS, György. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- MARX, Karl. *O Capital, Livro I*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Compus. 2000.
- PRADO Jr, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.
- RAMOS, Alberto G. *Introdução à cultura (ensaios)*. Rio de Janeiro: Cruzada da Boa Imprensa, 1939.
- RAMOS, Alberto G. *Mito e Verdade da Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.
- RAMOS, Alberto G. *Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983.

- RAMOS, Alberto G. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- RAMOS, Alberto G. Viagem Parentética I: Fenomenologia e Ciência Social. *Revista Brasileira de Administração Política - REBAP*, v. 13, n. 1, p. 13-24, 2020a.
- RAMOS, Alberto G. Viagem Parentética II – o homem inventa a si próprio ou rumo a uma Teoria do Encontro Parentético. *Revista Brasileira de Administração Política - REBAP*, v. 13, n. 1, p. 25-39, 2020b.
- RAMOS, Alberto G. Viagem Parentética III: A perda da inocência ou Por uma Ciência Social Pós-Fenomenológica. *Revista Brasileira de Administração Política - REBAP*, v. 13, n. 1, p. 40-52, 2020c.
- RAMOS, Alberto G. O diagrama parentético. *Revista Brasileira de Administração Política - REBAP*, v. 13, n. 1, p. 53-57, 2020d.
- RAMOS, Alberto G. Esboço do livro *O Homem Parentético (II)*. *Revista Brasileira de Administração Política - REBAP*, v. 13, n. 1, p. 60-63, 2020e.
- REICH, Wilhelm. *Algumas formas definidas de caráter*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ROUSSEAU, Jean-J. *Do contrato social*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- SHIOTA, Ricardo R. O livro proibido de Guerreiro Ramos. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, Rio de Janeiro, p. 424-430, 2020.
- SIMMEL, Georg. *Psicologia do dinheiro*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2015.
- VEBLIN, Thorstein. A. *Teoria da Classe Ociosa – Um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Ática, 1974.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.
- WHYTE, William H. *The Organization man*. University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 1956.